



Universidade de Brasília (UnB)

Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas
(FACE)

Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais
(CCA) Curso de Graduação em Ciências
Contábeis

VÍTOR VALIM DOS REIS OSUMI

**Relação entre o grau de transparência das finanças públicas e o Índice de
Desenvolvimento Humano (IDH)**

Brasília - DF

2020

Professor Doutor Enrique Huelva Unternbäumen

Vice-Reitor da Universidade de Brasília

Professor Doutor Sérgio Antônio Andrade de Freitas

Decano de Ensino de Graduação

Professor Doutor Eduardo Tadeu Vieira

**Diretor da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de
Políticas Públicas**

Professor Doutor Paulo César de Melo Mendes

Chefe do Departamento de Ciências Contábeis e Atuarias

Professor Doutor Alex Laquis Resende

Coordenador de Graduação do curso de Ciências Contábeis - Diurno

Professor Mestre Elivânio Geraldo de Andrade

Coordenador de Graduação do curso de Ciências Contábeis – Noturno

VÍTOR VALIM DOS REIS OSUMI

**Relação entre o grau de transparência das finanças públicas e o Índice de
Desenvolvimento Humano (IDH)**

Trabalho de Conclusão de Curso
(Monografia) apresentado ao Departamento
de Ciências Contábeis e Atuariais da
Faculdade de Economia, Administração,
Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas
como requisito parcial à obtenção do grau de
Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Driemeyer
Wilbert.

Brasília – DF

2020

RESUMO

O *Open Budget Index* (OBI), divulgado pela *International Budget Program*, é feito com o objetivo de avaliar e classificar os países quanto à transparência fiscal no seu governo. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), divulgado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento tem como objetivo mensurar a qualidade de vida nos países. Estes dois índices apresentados são os índices mais utilizados para a aferição de transparência orçamentária e qualidade de vida respectivamente, sendo escolhidos dentre tantos para serem utilizados como os dados principais deste trabalho. Foram analisados os dados de IDH e OBI de 98 países que compuseram os índices públicos do ano de 2017. Neste contexto, o presente trabalho teve como objetivo verificar se existe uma correlação entre esses dois índices, que poderia significar uma relação entre qualidade de vida em um país e sua respectiva transparência fiscal governamental. A análise dos resultados demonstrou existir uma correlação de nível moderada entre essas duas variáveis, sendo assim provável a relação entre os dois índices analisados.

Palavras-chave: Qualidade de Vida. Transparência Fiscal. IDH. Open Budget Survey.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Países e pontuação no Open Budget Index 2006	14
Quadro 2 - Revisão de estudos aplicados	18

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução do Open Budget Index em países da América do Sul.....	22
Gráfico 2 - Mapa mundial com notas do Open Budget Index de 2017.....	23
Gráfico 3 - Evolução do IDH do Brasil, América Latina e Mundo.....	26
Gráfico 4 - Índice de Desenvolvimento Humano no mundo por país em 2017.....	27
Gráfico 5 - Evolução do IDH e OBI no Brasil ao longo do tempo.....	28
Gráfico 6 - Gráfico de dispersão dos valores em 2017.....	29

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Lista de países analisados no coeficiente de correlação de Pearson com valores de IDH e OBS	35
--	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

FMI – Fundo Monetário Internacional

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBP – *International Budget Program*

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

OBI – *Open Budget Index*

OBS – *Open Budget Survey*

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

OMS – Organização Mundial da Saúde

PEFA - *Public Expenditure and Finance Accountability*

PIB – Produto Interno Bruto

Sumário

1 Introdução	10
2 Referencial teórico	12
2.1 Transparência Fiscal	12
2.2 The Open Budget Survey	12
2.3 Qualidade de Vida	15
2.3.1 Índice de Desenvolvimento Humano	15
2.3.2 Global Multidimensional Poverty Index	16
2.3.3 Índice Gini	17
2.4 Revisão de estudos aplicados	17
3 Metodologia	20
3.1 Dados	20
3.2 Método	20
3.2.1 Coeficiente de Correlação Pearson	21
4 Resultados	22
4.1.1 Transparência do orçamento no mundo	22
4.1.2 Transparência do orçamento no Brasil	24
4.2. IDH no Brasil e no mundo	25
4.3. Relação entre a transparência do orçamento e IDH	27
4.3.1 Relação entre transparência fiscal e IDH no Brasil ao longo do tempo	27
4.3.2 Relação entre transparência fiscal e IDH no mundo em 2017	28
5 Considerações Finais	30

1 INTRODUÇÃO

Para Zuccolotto e Teixeira (2014), o termo “transparência fiscal” é algo recente e que apesar de estar no foco da sociedade apenas nos últimos anos, o conceito relacionado ao termo é algo que já existe a muito tempo. A formação dos estados liberais e democracias representativas encorajaram extinção da escuridão relacionada as contas dos regimes monárquicos e passou a produzir leis que estabeleceram a *accountability* do governo.

A transparência fiscal é um dos pontos pelas quais a administração do governo federal deverá obedecer, como consta na Constituição Federal Brasileira de 1988 (BRASIL, 1988) em seu artigo de número 37, “A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência”. É, portanto através da publicidade que o governo pode prover a sua população as informações sobre os aspectos orçamentários e executivos que foram praticados pelos seus representantes.

Transparência fiscal é algo que intuitivamente se é desejado e está no inconsciente da sociedade moderna como um ponto positivo. Para Jarmuzek (2006), economias desenvolvidas produzem uma transparência fiscal robusta, e que este pode ser um dos caminhos para o desenvolvimento de um país. Já a qualidade de vida é obviamente um fato desejado dentro de uma sociedade moderna. Portanto o problema analisado dentro deste trabalho foi verificar a existência de uma relação entre o grau de transparência de uma nação e sua respectiva qualidade de vida, podendo, caso existir, indicar um caminho para o desenvolvimento de um país através da transparência fiscal e orçamentária.

Fallowfield (2009) diz em seu trabalho que qualidade de vida é um conceito que possui definições diferentes em âmbitos filosóficos, políticos e de saúde. Na definição relacionada a saúde, qualidade de vida é levar em consideração a situação física, funcional, social e emocional do indivíduo. Logicamente, ao se observar sob outros prismas, como o político ou filosófico, outras variáveis apresentarão diferentes impactos sobre o que é a qualidade de vida.

Para Hilani (2012) há de fato diferentes definições do que seria o desenvolvimento humano, que é um dos fatores relacionados a qualidade de vida, porém a definição de que desenvolvimento é relacionado a liberdade é a que para Hilani melhor conceitua o termo. Em seu trabalho, ele traça um paralelo entre a liberdade para realização pessoal e as variáveis utilizadas para compor o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), e como esse índice,

apesar das críticas e limitações, é um indicador efetivo da qualidade de vida e desenvolvimento nos países, podendo ser utilizado para comparações entre países e entre períodos, e que tem evoluído ao passar dos anos para aferição mais precisa do desenvolvimento humano.

Na etapa de desenvolvimento deste trabalho, foram utilizados dados públicos obtidos pelo *Open Budget Survey* (OBS) para analisar-se a qualidade da transparência dos países e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) publicado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Para análise estatística foram utilizados gráficos de dispersão e coeficiente de correlação de Pearson, um dos coeficientes estatísticos mais utilizados nas finanças para análise do grau de dependência entre duas variáveis.

O trabalho está dividido em cinco partes. Após a introdução, é apresentada na segunda seção a revisão de literatura, onde se realiza o referencial teórico, conceituando transparência fiscal, o *Open Budget Survey* e qualidade de vida, sendo também apresentada nesta seção a revisão de estudos que utilizaram premissas ou objetivos similares a este trabalho. Na terceira seção, é apresentada a metodologia utilizada, bem como os dados de IDH e *Open Budget Index* (OBI) e de onde foram retirados, e também qual seria o método estatístico empregado. Na quarta seção, foram apresentados os resultados obtidos, sendo explicitados os resultados de análise de IDH e OBI no mundo e também historicamente no Brasil e América do Sul, é por fim apresentado o resultado estatístico de correlação, utilizando o Coeficiente de Correlação de Pearson (1895) para demonstrar a relação entre as variáveis utilizadas. Por fim, na quinta e última seção, são apresentadas as considerações finais a respeito do trabalho, possíveis melhorias e indicações para próximos trabalhos neste tema.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Transparência Fiscal

Para Alt, Lassen e Skilling (2002), a transparência fiscal de um país é definida por sua capacidade de ser abrangente, informativa e confiável para o usuário da informação no que diz respeito às demonstrações orçamentárias governamentais.

Alt, Lassen and Rose (2006) dizem que uma transparência fiscal sólida e robusta é uma maneira de prover para os eleitores, observadores, mercados financeiros e mesmo políticos, informações a respeito das ações e intenções dos gestores públicos e de quais serão as consequências imediatas e de longo prazo que aquelas medidas adotadas impactarão o cenário nacional.

Para Figueiredo e Santos (2013), não basta que para uma entidade ou governo ser considerada transparente a mera explicitação dos seus dados, mas também a participação efetiva popular, que faz com que se eleve a eficiência e o atendimento as necessidades daquela população. Os autores destacam também que se faz de suma importância o surgimento de entidades coletivas que realizem o intermédio entre as informações divulgadas pelo governo para o acesso a sociedade.

Segundo a OCDE (2001), a transparência fiscal é definida como “a evidenciação total de todas as informações fiscais relevantes de maneira sistemática e tempestiva.” A OCDE ainda indica através do seu manual *Best Practices for Budget Transparency*, quais elementos deveriam compor um orçamento governamental, sendo eles, os relatórios orçamentários, as evidenciações específicas e por fim, a garantia de integridade.

O *Fiscal Transparency Code* (FMI, 2019), define que os quatro pilares fundamentais que devem compor uma transparência fiscal efetiva são: reporte fiscal, que se dá baseado em cobertura ampla do processo de gasto governamental, qualidade, integridade e frequência desses reportes; previsão fiscal, onde é fundamental à compreensividade, credibilidade e programação; risco fiscal e gerenciamento; gerenciamento de receita de recursos, onde se faz de suma importância, ao conhecimento e explicação da origem dos recursos, sua manipulação, sua utilização e por fim os resultados oriundos dessa aplicação.

2.2 The Open Budget Survey

O OBS é um estudo realizado pela *International Budget Partnership* (IBP, 2017), que avalia três componentes relacionados a *accountability* no orçamento público: a publicidade e acesso a informação, as oportunidades do público participar do processo orçamentário e o papel e efetividade das instituições do país na parte de fiscalização, como legislação e auditoria. Eles utilizam uma escala que vai de 0 a 100 para os três parâmetros, sendo 0 a pior nota possível e 100 a melhor nota possível.

Os fatores levados em consideração para o OBS são os princípios das boas práticas contábeis para finanças públicas, usando como parâmetros tópicos como transparência da informação, tempestividade, relevância.

O *Open Budget Survey* foi primeiramente realizado em 2006, a partir de uma reunião de esforços de membros da sociedade civil de 115 países, onde em 2017 ele teve a sua sexta edição, com edições ocorrendo tipicamente a cada dois anos.

Para Seinfert, Carlitz e Mondo (2013), o *Open Budget Index* (OBI) é uma ferramenta que pode ser utilizada como parâmetro para determinar de maneira eficiente a transparência de um governo, incluindo os pontos complementares como força da legislação e engajamento do povo, de uma maneira eficiente.

Como citado anteriormente, o *Open Budget Survey* avalia três componentes: disponibilidade da informação pública orçamental, oportunidades do público participar do processo orçamental e papel e eficácia das instituições formais de fiscalização.

Pelo manual da Metodologia do Inquérito de Orçamento Aberto de 2017, divulgado pela *International Budget Partnership* (2017), as perguntas que compõe o inquérito são baseadas nas boas práticas de gestão financeira pública. São critérios baseados no que são desenvolvidos por organizações multilaterais, como o Código de Boas Práticas de Transparência Fiscal do Fundo Monetário Internacional (FMI, 2007), a iniciativa *Public Expenditure and Finance Accountability* (PEFA) e as Melhores Práticas de Transparência Orçamentária da OCDE (OCDE, 2007).

Os resultados de cada país são baseados num questionário de 145 perguntas com classificação, preenchidos por investigadores colaboradores da sociedade civil, normalmente sediados no país inquirido. A maioria dos colaboradores são membros de instituições acadêmicas que possuem algum interesse na promoção das boas práticas orçamentárias no país. Cada pergunta possui cinco opções de assinalar, indo de “a” a “e”, onde as notas “a” recebem 100 pontos, “b” recebem 67 pontos, “c” recebem 33 pontos, “d” recebem 0 pontos e respostas “e” não são incluídas no resultado agregado, sendo quanto mais próximas a “a”, mais condizentes a boas práticas de transparência orçamentária é aquela questão no país. Para

suportar as respostas as perguntas, elas devem ser sempre acompanhadas de provas, incluindo citações em documentos governamentais de orçamento, leis nacionais ou entrevistas de entidades governamentais, legisladores ou peritos no processo orçamentário.

Após a conclusão do inquérito, os colaboradores do *International Budget Program* analisam e discutem com os colaboradores investigadores dos países de três a seis meses, para garantir que as respostas contidas indicavam o cenário mais de acordo com a realidade do país. Cada questionário também é revisto por um revisor anônimo que possua conhecimentos substanciais no processo orçamentário daquele país e que não seja pertencente ao governo. O IBP também convidou membros dos governos analisados para comentar os resultados obtidos sobre o inquérito, sendo que em 2017, dos 112 governos convidados, 76 comentaram os resultados do OBS.

Ao final, as respostas são apuradas e através de um sistema de média simples, é atribuída uma pontuação final indicando o grau de transparência orçamentária pertencente a aquele país.

No Quadro 1 abaixo podemos verificar o resultado do *Open Budget Survey* na edição de 2006, onde os países foram ranqueados a partir das quantidades e qualidades das informações relativas à transparência orçamentária no país.

Quadro 1 – Países e pontuação no Open Budget Index 2006

Pontuação OBI	Países
Apresenta informação extensiva aos cidadãos (81-100)	França, Nova Zelândia, Eslovênia, África do Sul, Reino Unido, Estados Unidos
Apresenta informação significativa aos cidadãos (61-80)	Botsuana, Brasil, República Tcheca, Noruega, Peru, Polônia, Romênia, Coreia do Sul, Suécia
Apresenta alguma informação aos cidadãos (41-60)	Bulgária, Colômbia, Costa Rica, Croácia, Gana, Guatemala, Índia, Indonésia, Jordânia, Cazaquistão, Quênia, Malawi, México, Namíbia, Paquistão, Papua-Nova Guiné, Filipinas, Rússia, Sri Lanka, Tanzânia, Turquia
Apresenta informação mínima aos cidadãos (21-40)	Albânia, Algéria, Argentina, Azerbaijão, Bangladesh, Camarões, Equador, El Salvador, Geórgia, Honduras, Nepal, Uganda, Zâmbia

Apresenta nenhuma informação aos cidadãos (0-20)	Angola, Bolívia, Burkina Faso, Chade, Egito, Mongólia, Marrocos, Nicarágua, Nigéria, Vietnã
--	---

Fonte: Adaptado do *International Budget Project* (2006)

2.3 Qualidade de Vida

Para OMS (1996), a qualidade de vida de uma sociedade é composta por quatro domínios que possuem dentro deles várias facetas, são eles: saúde física, saúde psicológica, relacionamentos sociais, e por fim, ambiente. Neste último domínio, é dito que as facetas componentes do mesmo são os recursos financeiros, segurança, acesso a saúde e proteção social, ambiente de casa, oportunidades para adquirir novas habilidades e conhecimentos, participação em atividades de lazer, meio ambiente e transporte.

De acordo com o *Human Development Indicator* (UNDP, 2006), o desenvolvimento humano é definido como um processo de ampliação das escolhas para que elas possam ser e atinjam o que almejam. O conceito de desenvolvimento humano passa por olhar diretamente para os indivíduos e olhar além dos aspectos econômicos, mas também para as características culturais, sociais e políticas que influenciam a qualidade da vida humana.

Para se medir a qualidade de vida, algo que a depender do conceito, pode ser um tanto quanto subjetivo, foram criadas e adaptadas alguns métodos matemáticos para que se pudesse objetivamente classificar e comparar a qualidade de vida existente em diferentes regiões ou países usando as mesmas métricas. Alguns destes métodos são:

- Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)
- *Global Multidimensional Poverty Index*
- Índice de Gini

2.3.1 Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)

Criado em 1990, pelos pesquisadores Mahbub Ul Haq e Amartya Sen, para o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, o IDH utiliza os parâmetros de educação, saúde e renda dos países para permitir uma comparação entre os mesmos em uma escala de 0 até 1, onde quanto mais próximo da escala 1 no índice, melhores são as condições de vida daquele país, de acordo com o *Human Development Report* (UNDP, 1990). Em 1991, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, (IBGE), passou a realizar, através do censo brasileiro, uma aferição do IDH de cada um dos estados brasileiros, onde esse índice é

atualizado uma vez por década. Há estudos que criticam esse índice por simplificar em poucas variáveis algo que deveria ser mais complexamente avaliado, como cita o artigo *Human Development Indices and Indicators* (UNDP, 2018), que leva a casos como países com pouca liberdade de expressão a terem altos IDHs.

Para avaliação de IDH, são utilizados três índices que compõe o IDH, sendo eles: expectativa de vida ao nascer, que vai de 0 a 1 onde 0 equivale a uma expectativa de vida de 20 anos e 1 a uma expectativa de 85 anos; índice de educação, que é segregado em duas partes, a primeira é sobre o número médio de anos de estudo, e a segunda parte é sobre a expectativa de anos de escolaridade ao nascer; e a terceira parte é PIB per capita no país, que também vai de 0 a 1 onde 0 é uma renda per capita de 100 dólares e o 1 é uma renda de 75.000 dólares.

Como dito mais cedo neste artigo, existem na academia vários estudos apontando algumas incoerências no índice de desenvolvimento humano e nos seus resultados em comparação a percepção da população, como é descrito por Paiva Bueno (2009), porém é um dos índices que mais evoluiu ao longo da história e que é frequentemente revisado em publicações, e, portanto é hoje um dos mais fidedignos para realizar uma comparação entre diferentes regiões.

2.3.2 Global Multidimensional Poverty Index

O *Global Mutidimensional Poverty Index* (MPI) é um relatório publicado pela Nações Unidas pelo Desenvolvimento Humano em parceria com a Universidade de Oxford pela iniciativa *Oxford Poverty & Human Development Initiative* (OPHI). De acordo com o *Global Multidimensional Poverty Index 2018: The Most Detailed Picture to Date of the World's Poorest People* (OPHI, 2018), o MPI é uma mensuração internacional acerca de 100 países em desenvolvimento. Ele complementa os tradicionais indicadores econômicos, uma vez que utiliza 3 dimensões de pobreza, sendo elas saúde, educação e padrões de vida, que possuem peso de 1/3 cada. Em cada uma dessas três dimensões, ele analisa 10 indicadores totais, sendo eles nutrição, mortalidade infantil, anos de escolaridade, presença escolar, combustível utilizado para cozinhar, saneamento, fonte de água potável, eletricidade, moradia e ativos domésticos. Através deste índice especializado em países em desenvolvimento, consegue-se mensurar quem de fato são os países pobres e quão pobres são eles, permitindo a comparação entre eles em níveis de região, grupo étnico, área rural ou urbana, entre outras possíveis divisões.

2.3.3 Índice Gini

Desenvolvido pelo estatístico italiano, Corrado Gini, publicado em 1912, em seu livro *Variabilità e Mutabilità* (GINI, 1912), e de acordo com Ceriani e Verme (2012), que realizaram o estudo nos 100 anos de criação do índice de Gini, analisando as fórmulas projetadas por Corrado, o índice ou coeficiente Gini, cujo intuito é verificar a desigualdade social presente no país, é representado através de um número entre 0 e 1, onde quanto mais próximo de 1, maior a desigualdade presente. Ele utiliza basicamente as variáveis de população, renda e concentração desta renda. Um dos pontos positivos do coeficiente Gini é que ele permite que se comparem países e regimes governamentais independente do período, pois ele foca na distribuição da renda existente, e não no valor absoluto da mesma. Uma limitação do índice é de que ele não afere em profundidade mais nada além da concentração de renda e pode apresentar um mesmo valor para diferentes cenários de distribuição de renda, como quando 25% das pessoas possuem 75% da renda do país e 75% das pessoas possuem 25% da renda do país, terá o mesmo valor do índice Gini que um país onde 50% das pessoas não possuem qualquer renda e 50% possui 100% da renda do país.

2.4 Revisão de estudos aplicados

O trabalho de Seifert, Carlitz e Mondo (2013), analisa o OBS, desde a forma como a pesquisa é aplicada, quais as variáveis utilizadas e quais os índices de correlação que foram apresentadas dentro deste índice em relação a outros índices existentes de transparência orçamentária. É indicado no estudo que o principal fator que contribui para a utilização da OBS como forma de medição da transparência de um governo é a sua ampla aplicação ao redor do mundo, o que torna esse índice o principal quando se deseja realizar comparações entre países.

Fukuda-Parr, Guyer e Lawson-Remer (2011) concluíram que altos níveis de transparência governamental atingem um melhor desenvolvimento e qualidade de vida nos países, especialmente relacionado a economia e direitos sociais de seus cidadãos. Contudo, quando é grande desigualdade na renda *per capita*, a transparência orçamentária sendo vista pelo OBI apresenta relação com apenas algumas variáveis analisadas, especialmente as ligadas a saúde infantil. Nesses casos, a substituição da OBI por outros sub-índices construídos a partir das perguntas que constam no OBS, especialmente nas questões que envolvem força do legislativo no país, instituições de auditoria e participação popular no

processo orçamentário obtiveram uma melhor relação estatística com os indicadores de qualidade de vida.

De Renzio, Gomez, Sheppard (2009) apresentam em seu trabalho um estudo de caso de como a transparência orçamentária afeta o desenvolvimento humano em países que dependem economicamente de recursos naturais. Neste estudo, foram observados os países Angola, Peru e Vietnã, e os parâmetros para mensuração da transparência orçamentária e desenvolvimento humano foram OBI e IDH respectivamente. Após verificação dos dados, o resultado apresentou uma clara correlação entre os valores encontrados, apesar de não definir existir quaisquer causalidades entre as variáveis analisadas. Não se conseguiu mensurar o quanto um índice de fato influencia o valor do outro.

O Quadro 2 apresenta-se de forma resumida os estudos aplicados revisados neste trabalho.

Quadro 2 – Revisão de estudos aplicados

Trabalho	Objetivo	Dados e método	Principais resultados
<p>The Open Budget Index (OBI) as a Comparative Statistical Tool</p> <p>Seifert, Carlitz e Mondo (2013)</p>	<p>Verificar a usabilidade do OBI como ferramenta comparativa estatística.</p>	<p>Open Budget Index, análise da metodologia e variáveis utilizadas na Survey. Correlação com outros indicadores.</p>	<p>Atestaram o OBI ser um instrumento de análise de transparência de orçamentos eficaz, especialmente para análise de diversos países em conjunto, apresentando correlações consistentes com outros indicadores de transparência existentes.</p>
<p>Does Budget Transparency Lead to Stronger Human Development Outcomes and Commitments to Economic and Social Rights?</p> <p>Fukuda-Parr, Guyer e Lawson-Remer (2011)</p>	<p>Explorar a relação entre a qualidade da transparência orçamentária e o desenvolvimento humano local, olhando especificamente para a relação Open Budget Index e IDH.</p>	<p>Open Budget Index, IDH, Gender Development Index, Gender Empowerment Index e Human Poverty Index foram os dados utilizados. Foi traçado correlações entre os dados afim de apresentar se há uma</p>	<p>Foi concluído que altos níveis de transparência no processo orçamentário público tendem a atingir boas relações ao desenvolvimento. Foi constatado que o OBI traz uma relação eficiente com fatores</p>

		relação positiva entre os indicadores.	relacionados a saúde infantil, porém outros sub-índices apresentaram melhores correlações com outras variáveis de desenvolvimento humano.
<p>Budget transparency and development in resource-dependent countries</p> <p>De Renzio, Gomez, Sheppard (2009)</p>	<p>Relacionar a transparência orçamentária com o desenvolvimento humano em países, especialmente em países dependentes de recursos naturais e realizar um estudo de caso sobre nos países Peru, Vietnã e Angola.</p> <p>Verificar o quanto a transparência pode impactar no desenvolvimento humano e vice-versa.</p>	<p>Utilizam os dados de pontuação do OBI, valores do IDH dos países analisados.</p> <p>Analisar a relação entre países dependentes de recursos naturais quanto ao IDH e a sua respectiva pontuação no OBI.</p>	<p>Foi verificado que não há um padrão de IDH e OBI nos países dependentes de recursos naturais, porém há uma clara correlação entre os índices dentro do país, apesar de essa correlação definitivamente não demonstrar causalidade em nenhuma das direções. Não foi possível quantificar quanto à transparência orçamentária impacta no desenvolvimento humano do país.</p>

Fonte: Elaboração própria.

3 METODOLOGIA

Conforme apresentado, tem-se como objetivo neste estudo, avaliar a existência da relação do grau de transparência das finanças públicas e o IDH dos países, e se existente, qual seria o grau da mesma.

Para isso, serão utilizadas como base de dados os valores de Índice de Desenvolvimento Humano publicados pelo Programa das Nações Unidas pelo Desenvolvimento e o *Open Budget Survey*, publicados pelo *International Budget Partnership*. Serão apresentados os dados de IDH e OBS em gráficos e mapas e para determinação da correlação será utilizada teste de correlação linear sobre os dados obtidos.

Foram analisados os países que compuseram a pesquisa do OBS na edição de 2017 para emissão da correlação entre IDH e OBS, a lista de países pode ser encontrada na Tabela 1 no Apêndice. Para análise de pontuações na OBS foram observados os países da América do Sul entre o período de 2006 a 2017, e as notas obtidas pelos países mundialmente na edição de 2017. Para análise de IDH, foram observados o Brasil, América do Sul e países do globo que compunham a análise da UNDP de 1990 a 2018.

3.1 Dados

Para objeto de estudo deste trabalho, que é verificar se é existente ou não a correlação entre qualidade de vida dos países e a transparência orçamentária do país, verifica-se que a variável mais abrangente para análise de qualidade de vida utilizada em meio acadêmico é hoje o índice de desenvolvimento humano (IDH), pois o mesmo avalia métricas fundamentais para o desenvolvimento humano no país, que são: educação, expectativa de vida e renda.

Já para aferição da transparência orçamentária dos países, o *Open Budget Survey*, realizado pela *International Budget Partnership*, é hoje o índice com maior capilaridade no mundo, ao mesmo tempo em que possui já um histórico em vários países, possibilitando não apenas uma comparação entre países mas também um comparativo da evolução do índice naquele país ao longo do tempo.

3.2 Método

Para os dados citados, tanto do Índice de Desenvolvimento Humano quanto o *Open Budget Survey*, de países ao longo da história, através de gráficos de correlação e análise histórica podemos verificar essa evolução entre países ou mesmo regiões, como olhar o Brasil e verificar como o continente e o mundo se portaram durante aquele período.

A utilização de mapas para uma análise georeferenciada indicando regiões e países com maior ou menor IDH e OBS também será utilizada.

E por fim, cálculos de estatística descritiva a partir de teste de correlação apresentados através de gráficos cumprem a função de indicar se há ou não correlação existente entre qualidade de vida e transparência orçamentária, e se sim, de quanto seria ela.

3.2.1 Coeficiente de correlação de Pearson

Segundo Bussab (2010), a quantificação do grau de associação de duas variáveis é feita pelos chamados coeficientes de associação ou correlação. Essas são medidas que descrevem, por meio de um único valor, a associação entre duas variáveis.

Criado por Pearson (1895), o coeficiente de correlação de Pearson é hoje um dos mais utilizados nas finanças, pela sua fácil explicitação do grau de dependência entre duas variáveis. Nele, duas variáveis sempre terão um coeficiente de correlação entre 1 e -1, sendo que quanto mais perto de 1, maior é sua correlação positiva e quanto mais perto de -1 mais perto de ter uma correlação negativa, e sendo o valor 0 uma correlação inexistente, sendo essas duas variáveis totalmente independentes entre si.

O cálculo do coeficiente de correlação de Pearson é feito utilizando a covariância entre as duas variáveis, dividido pela raiz da variância da primeira variável vezes a variância da segunda variável. A fórmula é, portanto expressa da seguinte forma:

$$\rho = \frac{\text{cov}(X, Y)}{\sqrt{\text{var}(X) \cdot \text{var}(Y)}}$$

Para Mukaka (2012), um coeficiente de correlação apresenta uma escala que deve ser analisada da seguinte perspectiva: 0,9 ou mais deve indicar uma correlação muito forte; entre os parâmetros 0,7 a 0,9 há uma correlação forte; entre 0,5 e 0,7 há uma correlação moderada;

entre 0,3 e 0,5 há uma correlação fraca; e entre 0 e 0,3 há uma correlação desprezível. Todos estes valores devem ser observados em módulo.

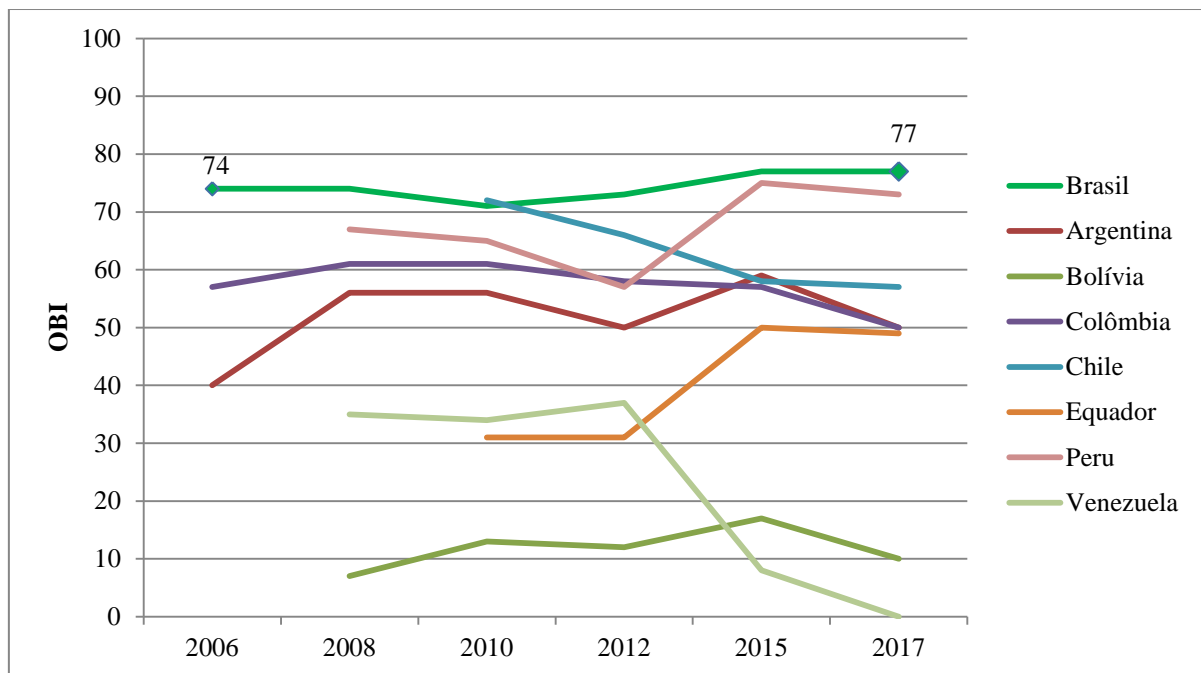
O modelo de Pearson será utilizado como método neste trabalho para encontrar-se o valor de correlação entre as variáveis observadas de IDH e OBI, e a partir deste valor, determinar qual a força relativa a essa correlação que os dados apresentam.

4 RESULTADOS

4.1.1 Transparência do orçamento no mundo

O Gráfico 1 apresenta a evolução do *Open Budget Index* para os países da América do Sul. Conforme se pode visualizar no Gráfico 1, apesar da avaliação de *Open Budget Index* não ter sido realizada em todos os países da América do Sul em todas as edições de avaliações, é visível a liderança do Brasil entre os países da América do Sul na questão de transparência pública fiscal. Vê-se que mesmo com mudanças de governo no país, desde 2006 o Brasil apresenta uma constante nota alta de avaliação na transparência pública segundo o IBP ao longo dos anos, diferentemente dos outros países vizinhos, onde há uma inconstância nas notas, muito devido às inseguranças orçamentárias presentes ali.

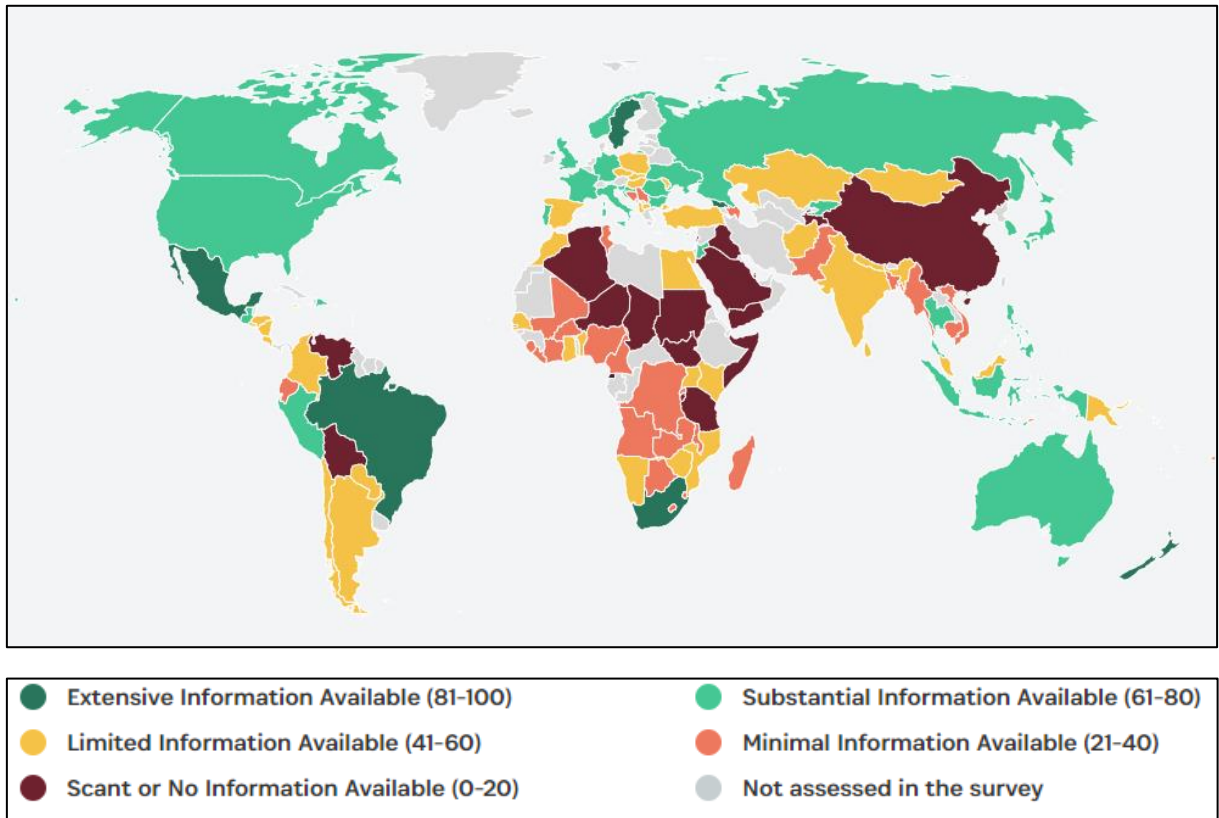
Gráfico 1 – Evolução do *Open Budget Index* em países da América do Sul



Fonte: Elaboração própria com base em dados do *International Budget Partnership*

O Gráfico 2 abaixo, mostra o mapa mundial com as respectivas notas atribuídas ao OBI na edição de 2017 através de uma escala de cores conforme a legenda que o acompanha.

Gráfico 2 – Mapa mundial com notas do *Open Budget Index* de 2017



Fonte: International Budget Partnership (2017)

O Gráfico 2 explicita as diferenças no que diz respeito a transparência orçamentária mundial, podemos ver por exemplo uma clara distinção entre os continentes, porém, os países de mesmo continente costumam ter pontuações no *Open Budget Index* parecidas. Ao se olhar para o Brasil, vemos que ele é um dos poucos que se destaca dentro de sua própria região por apresentar um índice acima da média local, semelhante à África do Sul dentro do continente africano, isso pode se dar por serem dois países expoentes em suas regiões e as economias mais representativas dentro de seus respectivos continentes, que pode ter contribuído para uma melhor regulamentação e prática na transparência orçamentária pública.

Ao se analisar de maneira macro o mapa, percebe-se que, por exemplo, não há uma relação aparente entre a idade de criação ou independência do país com a qualidade da transparência do mesmo, tendo em vista que continentes mais novos como América e Oceania apresentam bons resultados no índice, ao passo que o continente africano apresenta na média

um desempenho pior. E ainda analisando sob essa ótica, o continente Europeu que é um dos que possui sistema governamental mais antigo apresenta um bom índice ao passo que a Ásia apresenta um índice um pouco abaixo, com algumas exceções, apesar de ter governos consolidados de longa data igualmente a Europa.

Tentar analisar por medidas geográficas e culturais como ocidente e oriente ou mesmo norte e sul do globo também não parecem apresentar correlações evidentes, pois encontramos um misto de resultados dentro desses quatro conjuntos.

O que parece ficar mais claro sobre relações é justamente o desenvolvimento econômico do país, pois fica evidente no mapa que países que apresentam uma economia mais desenvolvida e próspera desempenham melhor no índice do que países que possuem uma economia menos desenvolvida. É necessário um adendo ao se analisar que países asiáticos que possuem uma economia muito forte, como Índia e China, apresentam segundo o mapa um desempenho no índice mediano para ruim, o que talvez seja explicado pelo grau de abertura destas economias para com o mundo, especialmente quando falamos da China, afinal um país que possui grande parte do seu PIB gerado por mercado consumidor interno, não precisa necessariamente trazer um grau amplo de transparência sobre seu orçamento a fim de atrair novos mercados consumidores ou mesmo investidores externos.

4.1.2 Transparência do orçamento no Brasil

Enquanto a média global de transparência orçamentária na última pesquisa do *Open Budget Survey* foi de 42 pontos, o Brasil apresentou um índice que atingiu 81 pontos em 2019, um recorde histórico e que colocou o país na sexta colocação global entre os 117 países avaliados, em primeiro lugar na América do Sul e em segundo lugar entre os países da região da América Latina, atrás somente do México, com 82 pontos nesta edição. Outros critérios que são analisados na pesquisa são a participação popular, que mede o quanto o povo do país consegue ativamente ter participação orçamentária e também a supervisão orçamentária, que visa verificar o quão participativo é o legislativo e as instituições de auditoria do orçamento público no país.

No critério que diz respeito à participação popular, o Brasil teve um desempenho abaixo dos anos anteriores, com uma pontuação de 17, em comparação aos 35 da última edição, colocando o país levemente acima da média global deste critério, que foi uma média de 14 pontos nesta edição. Dentre as recomendações do órgão para melhoras neste quesito estão: introduzir mecanismos que tragam o público para participar do processo de formulação orçamentária, o governo ativamente promover a participação de pessoas vulneráveis e sub-

representadas dentro da comunidade através de organizações civis e trazer para o Congresso Nacional o público e participação de organizações civis durante as seções de discussão e votação do orçamento anual público.

Já para o critério de supervisão orçamentária, que olha muito mais como o legislativo e instituições de auditoria atuam sobre o executivo no que diz respeito a execução orçamentária, o Brasil obteve uma nota média de 78, sendo 75 sobre a supervisão legislativa e 83 sobre a supervisão das instituições de auditoria. Dentre as sugestões de melhoria para o legislativo estão: o legislativo ter um comitê que analise a execução orçamentária anualmente e publique a mesma análise online, trazer para a prática uma comunicação efetiva entre o executivo para com o legislativo sobre redução dos gastos quando houver uma redução na receita pública e o comitê legislativo analisar os reportes da auditoria e publicar suas análises sobre o mesmo online. Já para as instituições de auditoria a recomendação é de que os processos de auditoria pública sejam revisados por instituições de auditoria independente.

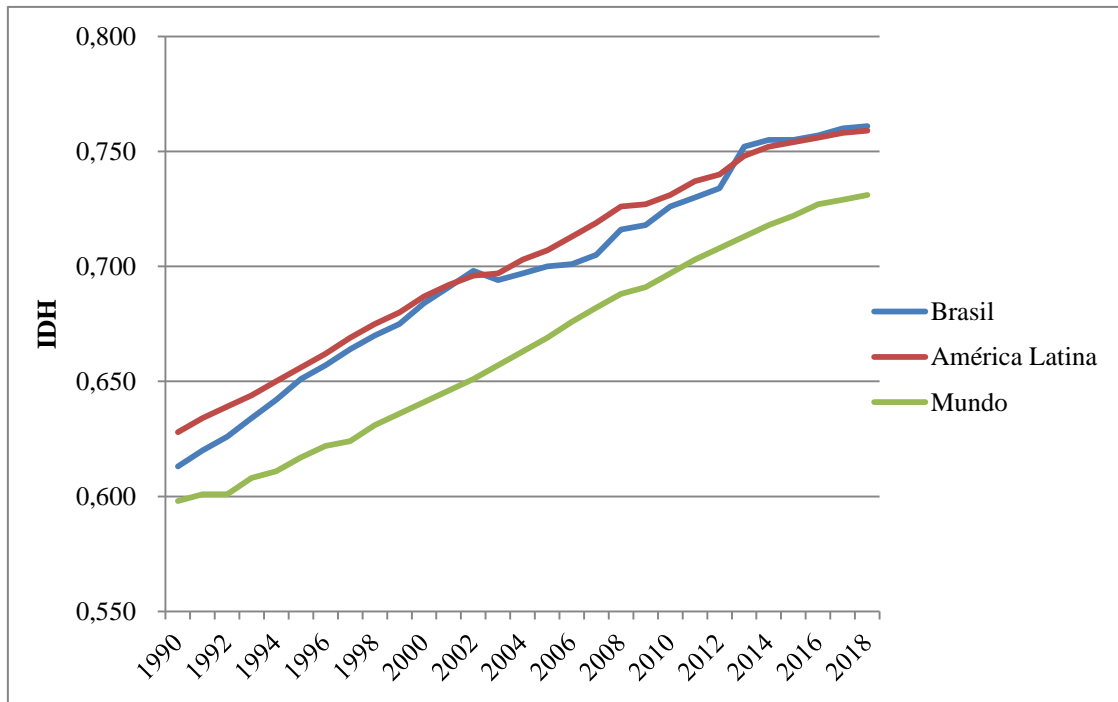
Como visto no Gráfico 1, o Brasil tem apresentado ao longo da história do OBS um evolução, onde se encontrava num patamar de 74 pontos na primeira edição do programa em 2006 e passou para 77 pontos na edição de 2017. Ao longo desses anos, houve uma ligeira queda na pontuação entre as edições de 2008 e 2010, numa queda de 74 para 71 pontos, isso se deve, segundo a OBS as publicações do governo federal referentes a Proposta de Orçamento Executivo e ao Relatório Anual Final terem tido menos detalhamento e serem menos abrangentes durante esse ano.

Ao se observar as recomendações propostas pelo OBS no ano de 2010, quando obteve a sua pior avaliação dentre as edições, verifica-se que houveram recomendações que foram acatadas pelo governo federal, como a de aumentar a abrangência do Relatório de Final de Ano, que passou a ser mais abrangente e deixou de constar no relatório de recomendações de melhoria na edição seguinte. Porém, há pontos de recomendação que já existem desde essa edição e persistem na edição de 2019, como a de fornecer oportunidades ao público para testemunhar nas audiências do legislativo sobre o orçamento.

4.2 IDH no Brasil e no mundo

A seguir, no Gráfico 3, apresenta-se a evolução do IDH para o Brasil e, de forma agregada, para a América Latina e para o mundo (países cobertos pelo OBS).

Gráfico 3 – Evolução do IDH do Brasil, América Latina e Mundo

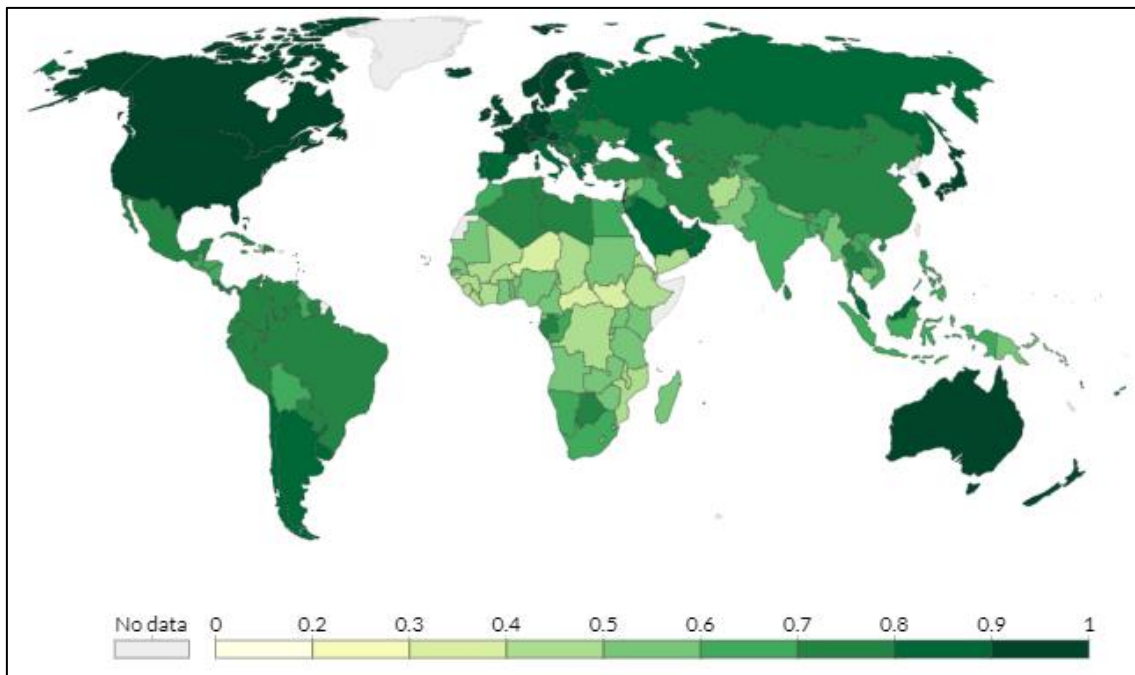


Fonte: Elaboração própria com base em dados do Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas

Como se é possível analisar no Gráfico 3, houve uma elevação de maneira global do Índice de Desenvolvimento Humano ao longo das últimas duas décadas, com a média global saindo de cerca de 0,600 de IDH e indo para próximo de 0,725 ao final de 2018. É possível observar que tanto o Brasil quanto a América Latina possuem médias desde 1990 acima da média global e que seguiram padrões de crescimento semelhantes ao longo dos últimos anos, atingindo o pico histórico de IDH em 2018 no valor de 0,761.

O Gráfico 4 abaixo, indica através de uma escala de tonalidades de verde, os valores de IDH por países no mapa mundial.

Gráfico 4 – Índice de Desenvolvimento Humano no mundo por país em 2017



Fonte: University of Oxford

No mapa mundial contendo o IDH dos países por tonalidades de cor (Gráfico 4), podemos visualizar que países que possuem as maiores economias e também um maior PIB *per capita* figuram entre os países com maiores índice de desenvolvimento humano. Assim como feita a análise sobre o *Open Budget Index*, as regiões continentais costumam ter índices mais próximos uns dos outros, e também não se aparente haver correlações no que diz respeito à geografia posicional nem a antiguidade de países.

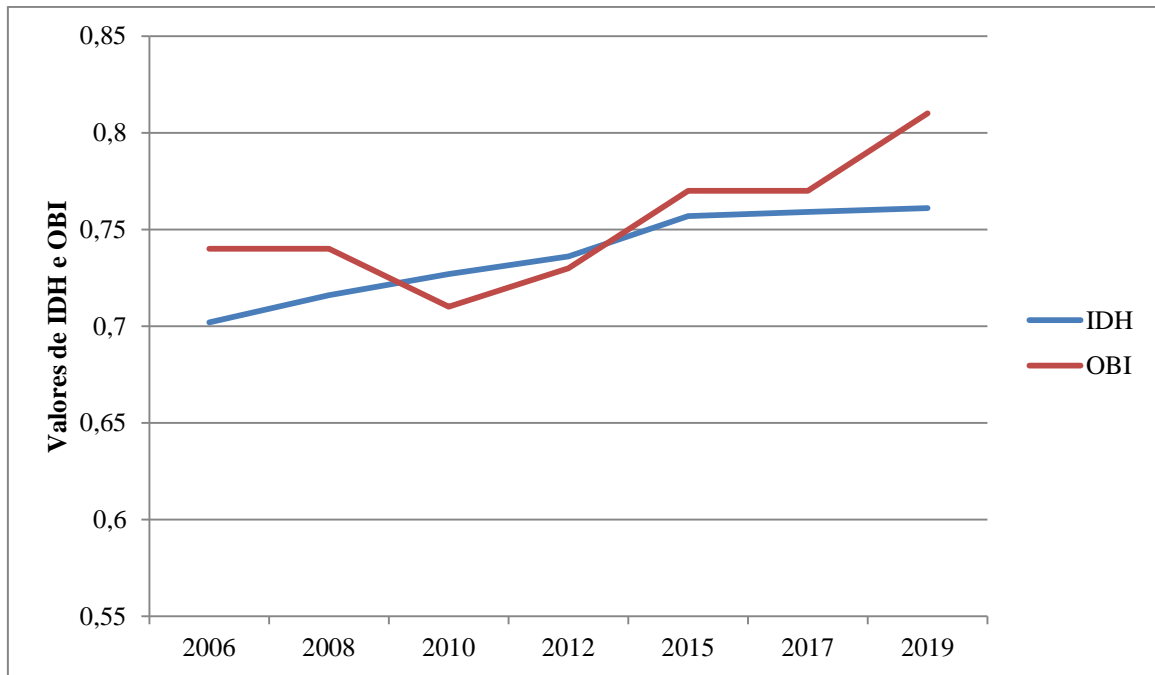
O Brasil, diferentemente do indicador de transparência, desta vez aparece em conformidade aos demais países da região continental, sendo a Argentina e o Chile que despontam com uma maior qualidade de vida segundo o IDH e a Bolívia e Guiana aparecem com índices menores dentro da América do Sul.

4.3 Relação entre Transparência do orçamento e IDH

4.3.1 Relação entre transparência fiscal e IDH no Brasil ao longo do tempo

No Gráfico 5 abaixo, pode-se observar os dados referentes a IDH e a pontuação obtida no OBI dos seus respectivos anos, e como se deu a evolução histórica.

Gráfico 5 – Evolução do IDH e OBI no Brasil ao longo do tempo



Fonte: Elaboração própria com base em dados do Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas e *Open Budget Survey*. Valores de OBI em percentuais.

Conforme explicitado mais cedo no trabalho, o OBI tem evoluído consistentemente ao longo dos anos, devido a frequentes ajustes que são realizados na forma como o governo transparece as suas contas, em que se observa que frequentemente recomendações de ajustes que aparecem em um ano no OBI podem ser visualizadas como acatadas nos anos seguintes ao se observar as contas do governo.

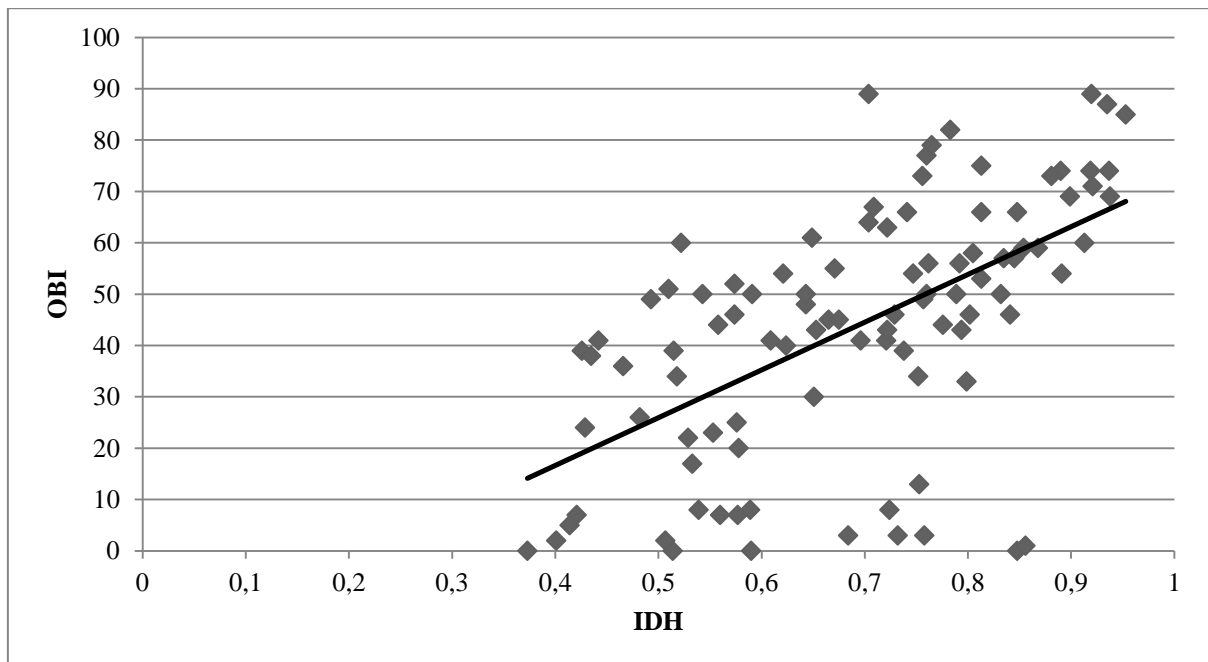
Já em relação ao IDH no Brasil, apesar de ocorrer uma constante evolução no valor de IDH, o relatório histórico de Índice de Desenvolvimento Humano (Nações Unidas, 2017), indica que o país permaneceu em um patamar constante ao longo dos anos em comparação aos outros países, só passando a subir significativamente no ranking a partir de 2016, quando passou da 149ª posição de 2015 para 79ª posição em 2016.

4.3.2 Relação entre transparência fiscal e IDH no mundo em 2017

Conforme comentado, o coeficiente de correlação de Pearson é um forte indicativo ao se analisar duas variáveis e verificar sua possível correlação e o grau dela. Para esta análise, foram observados 98 países que apresentaram tanto uma nota em 2017 pelo *Open Budget Survey*, e que também foram analisados pelo Programa das Nações Unidas pelo Desenvolvimento no que diz respeito ao Índice de Desenvolvimento Humano neste mesmo ano. A lista de países e seus respectivos índices de desenvolvimento humano e *open budget index*, encontra-se no quadro 1.

Ao se efetuar os cálculos de correlação apresentados anteriormente, chegou-se ao coeficiente de valor 0,5795 de correlação entre as duas variáveis dentro deste conjunto de países, que segundo Mukaka (2012) indica que há uma correlação moderada entre os valores de Índice de Desenvolvimento Humano, conforme podemos verificar no Gráfico 6 de dispersão de valores entre IDH e OBI abaixo:

Gráfico 6 – Gráfico de dispersão dos valores em 2017



Fonte: Elaboração própria com base em dados do Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas

Conforme podemos observar no Gráfico 6, há uma evidente correlação linear entre os valores, que pode ser verificada através da linha de tendência no próprio gráfico. A lista de países e seus respectivos índices de desenvolvimento humano e *open budget index*, encontra-se na Tabela 1 do Apêndice.

Diante destes valores encontrados no universo amostral estudado, pode-se concluir, portanto que existe sim uma correlação moderada entre a transparência orçamentária de um país e seu desenvolvimento humano.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho tem como objetivo principal analisar o grau de relação entre a transparência orçamentária no país e sua respectiva qualidade de vida, que foi mensurada pelo IDH. Foram utilizadas para isso o *Human Development Indices and Indicators (2017)* divulgado pelo Programa das Nações Unidas pelo Desenvolvimento e o *Open Budget Survey (2017)*, divulgado pela *International Budget Partnership*.

Primeiramente foi estabelecida qual a definição de transparência fiscal segundo a OCDE e o FMI. A OCDE traz uma definição mais teórica do termo, enquanto o FMI é mais enfático sobre os pontos que a transparência fiscal deve abordar, trazendo tópicos como reporte fiscal, previsão fiscal, risco fiscal, gerenciamento de receita de recursos, aplicação dos recursos e resultado da aplicação destes recursos. Em seguida, foi apresentado e conceituado o *Open Budget Survey*, onde foi apresentado o seu contexto histórico, em quais países ele atua, e principalmente, qual a metodologia aplicada por essa pesquisa para avaliar e ranquear os países de acordo com sua transparência fiscal. Por fim, foi conceituada qualidade de vida segundo a OMS e de que maneira se é possível mensurar a qualidade de vida de um local, sendo apresentados três índices que tem por objetivo trazer uma avaliação objetiva sobre a qualidade de vida de um país, sendo eles o Índice de Desenvolvimento Humano, o *Global Multidimensional Poverty Index* e o Índice de Gini.

A metodologia utilizada foi inspirada principalmente no artigo de Seifert, Carlitz e Mondo (2012), que se utilizou de ferramentas estatísticas, especialmente as de correlação para indicar que o *Open Budget Index* é um indicativo estatístico forte para mensuração de transparência fiscal e também o trabalho de Fukuda-Parr, Guyer e Lawson-Remer (2011), que traçou uma correlação entre diversos índices de avaliação de qualidade de vida, entre eles o IDH com o OBI, encontrando uma forte relação entre as variáveis observadas. Foi, portanto observados os dados referentes ao IDH e OBI nos países e realizada um coeficiente de correlação de Pearson para indicar a dependência entre essas duas variáveis observadas.

Constatou-se que existe uma correlação de grau moderado entre as variáveis analisadas dentro do conjunto de 98 países que possuíam dados suficientes para a amostragem gerada. Observou-se também na análise de transparência fiscal e orçamentária, que o Brasil é um país que apresenta índices bem acima da média global e continental, sendo assim uma referência em termos de transparência orçamentária, apesar de não figurar no topo do ranking ao de falar de qualidade de vida pelo índice observado.

Sugere-se, portanto, que sejam realizados novos estudos que utilizem diferentes parâmetros para avaliação de transparência orçamentária e qualidade de vida, a fim de verificar se é mantida essa correlação. Novos trabalhos futuros podem também serem apresentados em função dos mesmos índices, tendo em vista que ambos os índices de IDH e OBS são atualizados periodicamente, podendo levar a novos valores e conclusões a respeito da correlação entre eles.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALKIRE, S., Kanagaratnam, U. e SUPPA, N. (2020). **The global Multidimensional Poverty Index (MPI): 2020 revision**, Disponível em <OPHI MPI Methodological Note 49>. Acesso em: 29 de novembro de 2020.

ALT, J. E., LASSEN, D. D., ROSE, S. (2006). **The causes of fiscal transparency: evidence from the U.S. States**. IMF Staff Papers, 53, 30- 57. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/30036021>> Acesso em: 29 de novembro de 2020.

ALT, J. E., LASSEN, D. D., SKILLING, D. (2002). **Fiscal transparency, gubernatorial approval, and the scale of government: evidence from the States**. State Politics & Policy Quarterly, 2 (3), 230-250.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 05 out. 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 18 de abril de 2020.

BUSSAB, Wilton de O.; Morettin, Pedro A. (2010). **Estatística Básica 6ª ed.** [S.l.]: Saraiva. p. 73. 540 páginas
 CERIANI, L., VERME, P. (2012) **The origins of the Gini index: extracts from Variabilità e Mutabilità (1912) by Corrado Gini**. *J Econ Inequal* 10, 421–443. Disponível em: <<https://doi.org/10.1007/s10888-011-9188-x>>. Acesso em: 29 de novembro de 2020.

DE RENZIO, Paolo e GOMEZ, Pamela e Sheppard, James (2009), **Budget Transparency and Development in Resource-Dependent Countries**. Disponível em: SSRN: <<https://ssrn.com/abstract=1420985>> ou <<http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.1420985>>. Acesso em: 01 de novembro de 2020

FALLOWFIELD L. (2009) **What is quality of life?** Health Economics. Disponível em <<http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.734.6699&rep=rep1&type=pdf>> Acesso em: 29 de novembro de 2020.

FIGUEIREDO, Vanusa da Silva; SANTOS, Waldir Jorge Ladeira Dos (2013). **Transparência e controle social na administração pública**. Disponível em: <<https://www.fclar.unesp.br/Home/Departamentos/AdministracaoPublica/RevistaTemasdeAdministracaoPublica/vanuza-da-silva-figueiredo.pdf>>. Acesso em: 28 de novembro de 2020.

FUKUDA-PARR, Sakiko e GUYER, Patrick e LAWSON-REMER, Terra (2011), **Does Budget Transparency Lead to Stronger Human Development Outcomes and Commitments to Economic and Social Rights?** International Budget Partnerships Working Paper No. 4. Disponível em:< <https://ssrn.com/abstract=2211584> ou <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.2211584>> Acesso em: 07 de agosto de 2020.

Fundo Monetário Internacional (FMI). **Fiscal Transparency Code**. Disponível em: <<https://www.imf.org/external/np/fad/trans/index.htmL>>. Acesso em: 06 de março de 2020.

HILANI, Al Hasan (2012). **HDI as a Measure of Human Development: A Better Index than the Income Approach?** IOSR Journal of Business and Management. Disponível em: <<shorturl.at/afkC7>> Acesso em: 29 de novembro de 2020.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) . Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/cultura-recreacao-e-esporte/9662-censo-demografico-2010.html?=&t=o-que-e>> Acesso em: 25 de abril de 2020.

International Budget Partnership (2017). **Open Budget Survey 2017 Methodology**. Disponível em: <<https://www.internationalbudget.org/open-budget-survey/methodology/>>. Acesso em: 25 de abril de 2020.

International Budget Partnership, **Open Budget Survey Data Explorer** (2017). Disponível em: <<http://survey.internationalbudget.org/#download>>. Acesso em: 01 de novembro de 2020.

International Budget Partnership. **United Nations INTOSAI's Lima Declaration of Guidelines on Auditing Precept** (1977). Disponível em: <<https://www.internationalbudget.org/wp-content/uploads/LimaDeclaration.pdf>>. Acesso em: 26 de novembro de 2020.

JARMUZEK M. (2006) **Does fiscal transparency matter? The evidence from transition economies**. Warsaw, Poland: Center for Social and Economic Research. Disponível em: <http://www.cerge-pei.cz/pdf/gdn/RRCV_77_paper_03.pdf>. Acesso em: 01 de novembro de 2020.

MUKAKA, M.M. (2012) **Statistics Corner: A guide to appropriate use of Correlation coefficient in medical research**. *Malawai Medical Journal*.

Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). (2002). **OECD Best practices for budget transparency**. Disponível em: <<https://www.oecd.org/governance/budgeting/Best%20Practices%20Budget%20Transparency%20-%20complete%20with%20cover%20page.pdf>>. Acesso em: 06 de março de 2020.

Organização Mundial da Saúde (OMS) (1996). **Programme on Mental Health**. Disponível em: <https://www.who.int/mental_health/media/en/76.pdf>. Acesso em: 09 de março de 2020.

Oxford Poverty & Human Development Initiative (OPHI) (2018) **Global Multidimensional Poverty Index 2018: The Most Detailed Picture to Date of the World's Poorest People**. Disponível em: <<https://ophi.org.uk/multidimensional-poverty->

index/#:~:text=The%20global%20Multidimensional%20Poverty%20Index,that%20a%20person%20faces%20si
multaneously> Acesso em: 29 de novembro de 2020.

PAIVA BUENO, E. de. (2009). **O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH): Avaliação de seus Presupostos Teóricos e Metodológicos** - DOI 10.5216/bgg.v27i3.6020. *Boletim Goiano De Geografia*, 27(3), 49-69. Disponível em: <<https://doi.org/10.5216/bgg.v27i3.6020>> Acesso em: 01 de novembro de 2020.

PEARSON, K (1895). **Notes on regression and inheritance in the case of two parents**. Proceedings of the Royal Society of London. 58: 240–242. Bibcode:1895RSPS...58..240P.

SACRAMENTO, Ana. Rita Silva; PINHO, José Antônio Gomes (2007). **Transparência na administração pública: o que mudou depois da Lei de Responsabilidade Fiscal? Um estudo exploratório em seis municípios da região metropolitana de Salvador**. Revista de Contabilidade da UFBA. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/rcontabilidade/article/view/2579/1822>>. Acesso em: 28 de novembro de 2020.

SEIFERT, Jan e CARLITZ, Ruth e Mondo, Elena (2013). **The Open Budget Index (OBI) as a Comparative Statistical Tool**. Journal of Comparative Policy Analysis: Research and Practice, Volume 15, 87-101.

United Nations (UN). **Human development indicator** Disponível em: <http://hdr.undp.org/hdr2006/pdfs/report/Human_development_indicators.pdf>. Acesso em: 09 de março de 2020

United Nations Development Programme (UNDP). **Human Development Indices and Indicators – 2018 Statistical Update**, Disponível em: <http://hdr.undp.org/sites/default/files/2018_human_development_statistical_update.pdf>. Acesso em: 22 de julho de 2020.

United Nations Development Programme (UNDP). **Human Development Report**, Disponível em: <http://hdr.undp.org/sites/default/files/reports/219/hdr_1990_en_complete_nostats.pdf>. Acesso em: 28 de novembro de 2020.

University of Oxford. **Our World in Data. HDI**. (2019). Disponível em: <<https://ourworldindata.org/human-development-index>>. Acesso em: 01 de novembro de 2020.

ZUCCOLOTTO Robson, TEIXEIRA, Marco Antonio Carvalho (2014). **The Causes of Fiscal Transparency: Evidence in the Brazilian States**. R. Cont. Fin. – USP, São Paulo, v. 25, n. 66, p. 242-254. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/rcf/v25n66/1519-7077-rcf-25-66-0242.pdf>> Acesso em: 29 de novembro de 2020.

APÊNDICE

Tabela 1 – Lista de países analisados no coeficiente de correlação de Pearson com valores de IDH e OBS

Países	IDH	OBS
Afghanistan	0,493	49
Albania	0,789	50
Algeria	0,758	3
Angola	0,576	25
Argentina	0,832	50
Australia	0,937	74
Azerbaijan	0,752	34
Bangladesh	0,609	41
Benin	0,515	39
Botswana	0,724	8
Brazil	0,76	77
Bulgaria	0,813	66
Burkina Faso	0,429	24
Burundi	0,421	7
Cambodia	0,578	20
Cameroon	0,56	7
Canada	0,921	71
Chad	0,401	2
Chile	0,845	57
China	0,753	13
Colombia	0,76	50
Comoros	0,539	8
Costa Rica	0,792	56
Croatia	0,835	57
Dominican Republic	0,741	66
Ecuador	0,757	49
Egypt	0,696	41
El Salvador	0,665	45
Equatorial Guinea	0,59	0
Fiji	0,721	41
France	0,89	74
Georgia	0,783	82
Germany	0,938	69
Ghana	0,591	50
Guatemala	0,649	61
Honduras	0,621	54
Hungary	0,841	46
India	0,643	48
Indonesia	0,704	64

Iraq	0,684	3
Italy	0,881	73
Japan	0,913	60
Jordan	0,722	63
Kazakhstan	0,813	53
Kenya	0,574	46
Kyrgyzstan	0,671	55
Lebanon	0,732	3
Lesotho	0,514	0
Liberia	0,466	36
Madagascar	0,518	34
Malawi	0,482	26
Malaysia	0,802	46
Mali	0,426	39
Mexico	0,765	79
Mongolia	0,729	46
Morocco	0,675	45
Mozambique	0,442	41
Myanmar	0,577	7
Namibia	0,643	50
Nepal	0,574	52
New Zealand	0,92	89
Nicaragua	0,653	43
Niger	0,373	0
Nigeria	0,533	17
Norway	0,953	85
Pakistan	0,558	44
Papua New Guinea	0,543	50
Paraguay	0,722	43
Peru	0,756	73
Philippines	0,709	67
Poland	0,868	59
Portugal	0,848	66
Qatar	0,848	0
Romania	0,813	75
Rwanda	0,529	22
Saudi Arabia	0,856	1
Senegal	0,51	51
Serbia	0,794	43
Sierra Leone	0,435	38
Slovakia	0,854	59
Slovenia	0,899	69
South Africa	0,704	89
South Sudan	0,414	5
Spain	0,891	54

Sri Lanka	0,776	44
Sudan	0,507	2
Sweden	0,935	87
Tajikistan	0,651	30
Thailand	0,762	56
Timor-Leste	0,624	40
Trinidad and Tobago	0,799	33
Tunisia	0,738	39
Turkey	0,805	58
Uganda	0,522	60
Ukraine	0,747	54
United Kingdom	0,919	74
Zambia	0,589	8
Zimbabwe	0,553	23

Fonte: Elaboração própria com base em dados do Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas e *Open Budget Survey Data Explorer*